

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital. É uma satisfação, depois de um feriado prolongado no Brasil, voltar a este Parlamento e ocupar a tribuna neste primeiro momento para discorrer sobre algumas ações que o nosso glorioso PMDB adotará no próximo sábado através da nossa

pré-convenção estipulada pela Executiva e pelo diretório estadual.

Como é de conhecimento público e notório de toda a sociedade catarinense e brasileira, nós, o maior partido de Santa Catarina desde 2002, quando o governador Luiz Henrique e o vice-governador, naquele momento, pré-candidatos, e depois, candidatos, logo depois governador e vice-governador enfrentaram uma eleição em Santa Catarina e começaram a fazer a gestão administrativa do estado, obviamente, com os partidos coligados naquele momento.

Em 2006 tivemos a reedição da nossa aliança, acrescentando mais um partido, à época, o PFL, o DEM e, hoje, o PSD. E, agora, em 2014 estamos em vistas de um novo processo eleitoral em que o PMDB, no próximo sábado, fará uma pré-convenção estadual acordada com todas as lideranças do partido, desde o diretório, a Executiva, deputados federais, estaduais, senadores e o vice-governador. E o resultado da mesma terá um grande valor para a convenção estadual, que deverá ser marcada entre os dias 10 a 30 de junho.

Assim, falo por mim, mas a grande maioria dos nossos colegas da bancada que fazem parte da bancada estadual do PMDB torna público a nossa posição com relação ao encaminhamento que estamos fazendo. E na região que este deputado representa, o vale do Itajaí, temos feito um trabalho de convencimento das nossas lideranças para manutenção da atual aliança com o atual governador, Raimundo Colombo, e com o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, mas, logicamente, que muitos municípios catarinenses que não detêm o comando das cidades, neste momento, pensam de forma diferente.

Mas o que importa é que realmente se inicia neste momento a discussão da tese da candidatura própria capitaneada por um companheiro nosso frente a cabeça de chapa ou a atual aliança comandada pelo atual governador Raimundo Colombo. Obviamente, o PMDB buscando a sua condição de vice-governador e a questão de candidatos ao senado, enfim, o que estaremos discutindo no

próximo sábado não são nomes de candidatos a governadores do PMDB, mas uma tese, e se prevalecer a tese da candidatura própria teremos uma candidatura até dia 30 de junho que poderá ser a do deputado Mauro Mariani, do Prefeito Dário Berger, do deputado Aldo Schneider, do deputado Antonio Aguiar, do deputado Mauro de Nadal, do Senador Luiz Henrique.

Obviamente depois do dia 26 de abril é que veremos a movimentação dentro do partido, quem será o nosso candidato se for esta tese a vitoriosa. Caso a tese não seja vitoriosa e nós mantivermos a aliança com o atual governador, nós, do PMDB teremos a vaga da vice-governança para algum companheiro de partido.

É lógico que no próximo sábado faremos a seguinte pergunta: você é favorável a atual aliança em Santa Catarina ou você é favorável a tese da candidatura própria? A partir da resposta da maioria dos nossos colegas convencionais é que tomaremos um rumo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu concedo um aparte ao eminente deputado Antonio Aguiar.

Sr. Deputado Antonio Aguiar - Gostaria de ser solidário a v.exa. no seu depoimento e dizer que realmente o PMDB, assim como em outras oportunidades, participa de uma pré-convenção, que não é a definitiva, como o nome já diz é pré em que vamos discutir esta importante tese de continuarmos ou não com o governador Raimundo Colombo.

Nós, deputados estaduais, somos favoráveis à coligação Raimundo Colombo e Pinho Moreira porque entendemos que o trabalho que realizamos até agora está sendo feito e repercutindo em toda a sociedade catarinense. Neste sentido, nós, deputados estaduais, esperamos no sábado que toda a família PMDB compareça a Florianópolis para mais uma vez mostrarmos a nossa vontade e externar os nossos pensamentos. E que Deus nos ilumine no próximo sábado, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu agradeço a sua manifestação, eminente deputado Antônio Aguiar, e a incorporo ao meu pronunciamento.

Evidentemente, temos que ter senso de responsabilidade, afinal de contas, agora vou falar por mim e não pelo sentimento do partido, mas represento uma região com mais de 70 municípios do vale do Itajaí e, dentro das regiões orçamentárias e financeiras do governo Raimundo e Eduardo, a nossa região foi altamente contemplada, basta pegarmos apenas um item, sobre o qual estamos há muitos anos discutindo em Santa Catarina, que é a questão de contenção de cheias do vale do Itajaí.

Hoje o que não está acontecendo em obras propriamente ditas, está na contratação de projetos de engenharia que viabilizarão licitação para que estes projetos em curto prazo se tornem obras. Essas obras, deputado Antonio Aguiar, com certeza darão mais segurança às famílias, contenção de prejuízos e acima de tudo, darão segurança e não mais aquela angústia de mais uma enchente nos municípios do vale do Itajaí. Para citar um exemplo na questão da contenção de cheias são mais de R\$ 600.000,00. E registre-se nesta tribuna, 50% a fundo perdido do governo federal e 50% do governo do estado.

É uma parceria que deu certo, e, dentro dessas questões, citei um exemplo, que é a questão da contenção de cheias, mas se falarmos em rodovias o governo está a todo o vapor; se falarmos em reconstrução, de unidades escolares, o governo também está a todo o vapor; se falarmos em inovação o governo está a todo o vapor, se falarmos que temos dificuldade em segurança? É claro que temos esse é o mal do século em todo o mundo. Se falarmos em educação evidentemente que temos alguns problemas de gestão, claro que temos, mas temos 1120 escolas em Santa Catarina e temos os bons exemplos de professores premiados para ir aos Estados Unidos, mas também temos os maus exemplos, e daí a lógica de como gerir uma escola está no manual e existem professores que o seguem e outros que não seguem.

Eu quero aqui atribuir ao governo muitos avanços e logicamente por isso que eu na condição de deputado estadual estou autorizado a falar em nome do deputado federal Rogério Mendonça. Nós, juntamente com o ex-deputado e ex-secretário de Articulação Nacional, o deputado João Matos, que também representa a região do vale do Itajaí, estamos fazendo uma cruzada em todos os municípios que representamos para que sábado os nossos convencionais estejam aqui nesta pré-convenção convalidando aquilo que nós na condição de líderes e detentores de mandatos eletivos neste momento temos condições de levar a todos os municípios que representamos.

Logicamente este é um trabalho de formiguinha, temos aqui um reconhecimento e um respeito por parte dos nossos colegas de partido que não pensam igual a nós e aqui eu posso citar o deputado Mauro Mariani, o deputado Carlos Chiodini, o ex-governador Paulo Afonso e tantos outros companheiros que pregam outra vertente ou tese de que o PMDB deveria ter uma candidatura própria neste momento. Claro que isso não é um jogo de poder em que alguns perdem e outros ganham, temos uma discussão sobre a tese da candidatura própria ou não.

Evidentemente, depois do resultado do dia 26 o mais importante para a sobrevivência do PMDB, seja qual for o caminho que o PMDB for adotar, com a candidatura própria ou candidatura coligada com o atual governador Raimundo Colombo, que o PMDB tenha grandeza de sair fortalecido desse processo para que possamos fazer em Santa Catarina o papel democrático que compete aos partidos políticos que é o de participar de uma forma ou de outra do pleito majoritário que se avizinha no próximo dia 05 de outubro.

O apelo que faço neste momento é que, apesar de termos muitas lideranças, e todas elas obviamente, com opiniões distintas, mas que a partir da apuração do último voto nós, do PMDB, que é o maior partido de Santa Catarina e que representa os anseios da comunidade, do povo catarinense, que possamos sair daqui com a unidade

que nós tanto pregamos e buscamos, para que não haja uma liderança forte, mas várias lideranças fortes para que possamos disputar a eleição do dia 05 de outubro.

Esta é a minha colocação, desejo aqui sucesso a todos que defendam essas teses e obviamente o meu posicionamento é pela manutenção da aliança com o governador Raimundo Colombo, juntamente com o posicionamento do deputado federal Rogério Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SENHOR DEPUTADO SERAFIM VENZON - Senhor presidente, sras. deputadas e srs. deputados queria me ater a um assunto que a revista *Época* traz esta semana, cuja manchete é a seguinte: "É público, mas parece privado." Se refere ao hospital do subúrbio.

Em Salvador, na Bahia, o governo do estado não precisa gastar mais para oferecer um atendimento de qualidade à população.

Na verdade, essa segunda parte da manchete não é bem verdade, o governo precisa gastar mais, sim, é justamente o que demonstra para quem for ler a matéria da revista *Época*, sobre o hospital que fica no subúrbio, nos arredores da cidade de Salvador. O governador Jaques Wagner, do PT, meu amigo, à época de deputado federal, construiu um hospital mais ou menos como acontece em Santa Catarina com o Hospital Florianópolis, aliás, cumprimento neste momento o dr. Rodrigo Miranda, que é diretor técnico do Hospital Florianópolis. O que acontece em Florianópolis é exatamente o que fez o governo do PT, na Bahia, que construiu o hospital e custou em torno de R\$ 50 milhões, e custou também R\$ 30 milhões, aproximadamente, para equipá-lo, e depois, contratou uma empresa PPP - Parceria Público-Privadas - para administrar o hospital. Esse hospital tem um gasto por ano em média, de R\$ 151 milhões, conforme o movimento do

hospital e pelo número de funcionários corresponde a 10% a menos se o governo da Bahia administrasse o hospital, ou seja, se o governo baiano estivesse administrando o hospital teria gasto em vez de R\$ 151 milhões, perto de R\$ 166 milhões ou R\$ 167 milhões, ou seja, 10% a mais, isto dito pela própria revista *Época* no levantamento que fez, inclusive elogia o hospital. Nesse hospital o paciente é atendido como se estivesse em um hospital particular, mesmo porque agora esse hospital tem aspecto de novo e o detalhe mais importante é o valor investido em melhorias.

E também é colocado pela revista *Época*, e eu também tenho falado nesta tribuna, que aquilo que o SUS paga é quatro ou cinco vezes menos do que custa a manutenção de um hospital. A revista *Época* também fala dos números do sucesso e cita que o governo gasta R\$ 151 milhões para administrar o hospital e que aumentou o incremento na saúde do governo da Bahia em 46%, e que a economia corresponde a 10% e aquilo que o hospital recebe corresponde a 20% da receita, ou seja, todos os atendimentos que o hospital do subúrbio da cidade de Salvador faz é pelo SUS, ninguém paga, e o que recebe de AIH - Autorização de Internação Hospitalar -, corresponde a 20%, isto significa que o governo baiano gasta R\$ 151 milhões e recebe do SUS R\$ 30 milhões, então, R\$ 120 milhões fica no vermelho.

E quero me reportar a nossa situação em Santa Catarina, onde temos 14 ou 15 hospitais do governo, e agora temos dois hospitais em Florianópolis e em Araranguá, o Hospital Regional, administrados por uma Parceria Público-Privada. Todos os outros hospitais são mantidos exclusivamente pelo SUS. Na Bahia o governo paga R\$ 120 milhões; em Florianópolis, o governador Raimundo Colombo vai pagar o excedente que certamente não vai passar de 20%, e para o hospital da cidade de Araranguá será a mesma coisa.

Mas em nossas caminhadas pelo estado, visitando as cidades de Santa Catarina, especificamente a cidade de Saleté, próxima da

cidade de Taió, para citar exemplos práticos, participei de um almoço beneficente, galinha com polenta, com a diretora dra. Isabel Cipriani Heinzen, presidente da associação que administra o hospital, - porque agora se inventou outra coisa, primeiro o hospital era administrado pelos padres ou pelas freiras, agora, em muitos lugares, o prefeito não quer mais administrar os hospitais nem os padres e as freiras, então, entrega-se a administração a uma associação beneficente da cidade, que vai usar o dinheiro que recebe do SUS para administrar o hospital - que falou de uma dívida de R\$ 300 mil, isto é, uma dívida pequena, porque estão falando em dívida de mais de R\$ 1 milhão na Bahia, o mesmo valor também na nossa capital, e esse almoço que participei iria dar um lucro de R\$ 6 mil ou R\$ 7 mil, portanto, a preocupação da diretora era quem iria pagar os R\$ 293 mil restantes, já que todo mês essa dívida vai crescer.

Na cidade de Turvo, o hospital não é mais administrado por freiras nem por padres, é administrado por uma associação beneficente que cobra R\$ 30,00 por família para manter a emergência. Esses são exemplos práticos que mostram que a saúde, de fato, está indo mal e que a sociedade precisa mobilizar-se. E tem mais, a saúde está indo mal em todas as cidades brasileiras, o valor que o SUS paga pelos procedimentos corresponde a 20% ou 25% do que o hospital gasta realmente, o restante do valor que falta para pagar as dívidas o hospital resolve pagando mal os funcionários e não pagando os médicos, fazendo almoços e rifas, juntando dinheiro da comunidade para pagar o valor que o governo deveria honrar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cumprimento todos que nos acompanham nesta Casa, também os que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital. Nós estivemos há alguns dias e acompanhamos muito de perto o debate realizado no Encontro da Federação Catarinense dos Municípios, e muitos foram os apelos para que os municípios recebam uma fatia maior dos recursos da União.

Eu tenho acompanhado por muitos e muitos anos o trabalho realizado e voltado para os pequenos municípios e sei da realidade que as prefeituras enfrentam nas 295 cidades catarinenses, sendo que 269 municípios têm menos de 50 mil habitantes, e têm na agricultura familiar o principal gerador econômico, e do total da arrecadação nacional, no início da década passada, 62% ficavam com a União, 24% para os estados e 14% para os municípios.

Em 2012 os números eram outros, 60% da arrecadação ficavam para a União, 23% para os estados e 17% para os municípios. Portanto, houve um crescimento dessa arrecadação, com repasse para os municípios de 14% para 17%.

A vida das pessoas acontece no município. Ninguém mora na União, no estado, as pessoas moram lá no município.

Mas nessa guerra por mais recursos do grande bolo que compõe o Orçamento, o bolo de recursos do nosso país, é preciso destacar uma mudança no trato com os prefeitos pelo governo do Partido dos Trabalhadores, com a sua aliança, inclusive com o vice do PMDB. Antigamente os prefeitos eram recebidos pela tropa de choque, pelos cachorros da polícia. E agora, na última década, os prefeitos são recebidos, todos os anos, pela Presidência da República. Primeiramente, pelo ex-presidente Lula e agora pela presidente Dilma Rousseff, mostrando o respeito que há neste país pelo governo, pelos nossos municípios, pelos nossos prefeitos e vice-prefeitos.

Analisando o portal das transparências constitucionais da Fecam, até 14 de abril de 2014 foram repassados aos municípios, pelo governo federal, através do Fundo de Participação dos

Municípios, mais de R\$ 963 milhões, um aumento de 14,6%, em comparação ao mesmo período de 2013, quando foram repassados um pouco mais de R\$ 840 milhões. O mesmo crescimento não se vê por parte do governo catarinense. No mesmo período, as transferências constitucionais repassadas pelo governo do estado aos municípios, através do ICMS, tiveram um aumento de apenas 1,7%. O que não compensou a inflação acumulada do período, que foi de 2,16%.

Além dos repasses constitucionais, o governo federal tem viabilizado a liberação de grandes volumes de recursos para obras, equipamentos e serviços.

Em parceria com os prefeitos e prefeitas, os municípios estão resolvendo um problema crônico, que é a falta de médicos pelo Programa Mais Médicos. Além disso, o governo da presidente Dilma Rousseff tem parcerias importantes nos municípios e trabalha junto para melhorar os serviços públicos, avançando-se muito no atendimento e nas reivindicações dos municípios.

Em 2009, o governo federal atendeu as reivindicações dos municípios e garantiu, apesar da crise internacional, que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios não seria menor do que o repasse do ano anterior. Assim sendo, foi depositado um repasse extra naquele ano de R\$ 2 bilhões. No ano passado, a presidente Dilma Rousseff garantiu o auxílio financeiro de R\$ 3 bilhões sem vinculação orçamentária a todos os municípios do país, sendo de R\$ 58 milhões para Santa Catarina.

Além disso, uma parceria com o governo federal e municípios está renovando o parque de máquinas, garantindo um caminhão caçamba, uma patrula e uma retroescavadeira para cada prefeitura em Santa Catarina; um *kit* a 269 municípios que auxiliará os prefeitos e prefeitas a manter suas estradas em dia. Todos os 269 municípios catarinenses, com menos de 50 mil habitantes, receberam esses equipamentos, independentemente de cor partidária, de posição nos nossos municípios.

Boas estradas garantem também o conforto e a segurança das crianças que vão para a escola nos ônibus amarelinhos, do Programa Caminho da Escola, boas estradas vicinais permitem um socorro rápido a quem precisa de atendimento médico com as ambulâncias do Samu.

Esses diversos programas, como as creches para os municípios, são grandes programas. Todos os municípios que se cadastraram receberam as creches e habitação popular. É importante que se diga que em 2002 o Brasil investiu R\$ 5 bilhões em habitação popular. Neste último ano, foram investidos R\$ 135 bilhões em habitação popular.

Essas são as grandes diferenças da ajuda aos municípios para construir o programa de habitação popular nos bairros, o programa de saneamento básico que tem repassado recursos extraordinários aos municípios catarinenses, como, por exemplo, em Florianópolis; em Abelardo Luz, que vai fazer todos os seus saneamentos básicos com recursos federais; em Coronel Freitas, que agora está fazendo todo o seu saneamento. Antes, Santa Catarina estava na situação ingrata de ser um dos estados com o menor índice de saneamento, e agora, em torno de 10% a 12%, o esgoto foi tratado em nosso estado.

É isso que nós queremos destacar, ou seja, os avanços que os municípios tiveram nos últimos anos. Agora, o que nós estranhamos é que não se fala nada de Santa Catarina. Eu quero ver ainda os prefeitos de Santa Catarina fazer uma marcha para a capital do estado.

Deputado Sargento Amauri Soares, aqui está sendo municipalizado tudo, estão sendo repassados todos os serviços para os municípios. A educação está sendo empurrada goela abaixo aos municípios; a questão ambiental está sendo encaminhada pela Fatma, para os municípios fazerem o serviço e os municípios que não fizerem convênio com a Epagri, sairá dos municípios. Então, o município tem que assumir a Epagri.

A segurança pública está sendo repassada aos municípios. Com relação à questão dos bombeiros, os municípios estão assumindo grande parte. Além

disso, o serviço à saúde, que seria do estado, os municípios estão arcando, custeando muito as cirurgias, pois as pessoas não conseguem pagar. Enfim, quando as pessoas não conseguem pagar a cirurgia, os municípios acabam arcando com o gasto, seno que este é um papel também do estado.

Assim sendo, entendemos que é fundamental reconhecer as conquistas importantes que estamos tendo nos municípios. Eu sempre me lembro da fala de vários prefeitos, antes do presidente Lula, inclusive o ex-prefeito Celso Maldaner falava isso muitas vezes, que recebeu, em quatro anos, uma emenda parlamentar. E agora são inúmeras emendas parlamentares que cada deputado entrega para cada município nesse período.

Então, é isso que nós queremos refletir. Nós não somos contra a luta. É importante que a Fecam continue fazendo o seu papel lutando pelos seus municípios. Agora, é preciso reconhecer os grandes avanços que nós tivemos nos últimos anos.

O que nós queremos é que a Fecam também discuta os problemas de Santa Catarina, pois não está aumentando o repasse de ICMS aos municípios, os dados aqui comprovam, é preciso avançar, e o estado também precisa não repassar todos os serviços aos nossos municípios.

Este para mim é um dos grandes gargalos que Santa Catarina e os municípios enfrentam, assumindo o papel do nosso estado lá nos municípios.

Então, era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SORES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham nesta manhã de terça-feira neste Parlamento, pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, eu não tive a oportunidade de fazer, na semana passada, a homenagem aqui ao delegado Renato Hendges, conhecido como Renatão, que faleceu na última quarta-feira. Inclusive, em virtude do seu falecimento e velório na última quarta-feira, a sessão que deveria ocorrer à tarde não pode começar por ausência de quórum. Eu mesmo estive lá ao meio-dia e encontrei diversos outros colegas deputados chegando ao velório do delegado Renatão. E a homenagem que faria na quarta-feira não consegui fazer e, portanto, quero fazê-la agora.

Com certeza, o delegado Renatão foi o ícone da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, um policial civil bastante respeitado por todos os seus pares policiais civis e respeitado no conjunto da segurança pública catarinense.

Portanto, merecem a nossa homenagem e a nossa solidariedade todos os familiares e todos os policiais civis do estado de Santa Catarina.

É evidente que, ao longo dos últimos anos, conversamos bastante e por vezes no debate de política de segurança pública e especificamente de política salarial para os servidores da segurança pública nós tivemos opiniões divergentes em algumas oportunidades. Mas, no geral, no debate da segurança pública, com certeza sempre mereceu o nosso respeito e a consideração de todos os policiais do estado de Santa Catarina.

Fica aqui, portanto, também a nossa homenagem ao delegado Renatão, aos seus familiares e aos policiais civis que trabalharam com ele ou, mesmo não tendo trabalhado, que conheciam e respeitavam a sua postura profissional e o seu empenho em defesa da segurança pública catarinense.

Também preciso comentar, e não teria como passar essa primeira sessão sem fazer esse comentário, acerca do trabalho realizado pela Polícia Militar na intermediação do confronto entre segmentos da sociedade no norte da ilha no

último feriado. O retorno de integrantes da Ocupação Amarildo para um terreno no Rio Vermelho levou ao conflito com aquilo que se tem chamado de setores da comunidade do Rio Vermelho.

Acho que precisa ser avaliado, inclusive, quem eram efetivamente esses integrantes da comunidade do Rio Vermelho, porque existem interesses econômicos bastante importantes naquela região e pode ter havido uma mobilização que não foi tão espontânea como se tenta publicar. Uma mobilização da comunidade do Rio Vermelho pode não ter sido tão espontânea como se tem dado notícia nas últimas horas aqui no estado, e, repito, em virtude, inclusive, dos múltiplos e diversos interesses econômicos bastante poderosos sobre as terras daquela região.

É curioso registrar que aquela terra pertencia a um traficante chamado Paulinho da Matriz e foi expropriada pelo governo federal justamente por ser terra que provavelmente o traficante adquiriu. E se adquiriu legalmente, adquiriu com recursos do crime.

Mas a observação para reflexão de todos aqueles que estão conseguindo refletir ainda a respeito disso, é que não vemos geralmente manifestação de repúdio à ocupação e à vizinhança de traficantes. E houve com relação aos pobres que estavam lá naquela área que era de um traficante e que hoje é terra da união.

Mas, enfim, tomei a iniciativa de falar sobre isso para parabenizar a postura da Polícia Militar, que, se não fosse a sua postura, teria acontecido uma tragédia naquela região entre o dia da Páscoa e ontem.

Então, é preciso registrar isso, dos contatos que fizemos e dessa intervenção. E essa precisa ser, e tem sido, a atitude da Polícia Militar aqui no estado de Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero dizer, primeiramente, do depoimento do deputado Serafim Venzon, que, mais uma vez, relatou a situação drástica por que passam os hospitais do país pela falta de reajuste da tabela do SUS. E que praticamente leva principalmente os hospitais filantrópicos para um endividamento sem precedente, causando dificuldade para pessoas muitas vezes imbuídas do melhor espírito voluntário.

Aqui em Santa Catarina o voluntariado, a disposição da sociedade em tentar resolver problemas, é uma marca da nossa cultura. As pessoas acabam criando entidade, entrando em instituições para administrar hospitais filantrópicos que em Santa Catarina são em número de 182 e acabam tendo dificuldades, e às vezes até de cunho pessoal mais tarde, pelo endividamento com que essas instituições estão sendo condenadas pela falta de reajuste da tabela do SUS. São quase 20 anos sem reajuste.

A sociedade mobilizou-se no ano passado, coletou mais de dois milhões de assinaturas em todo o Brasil, e aqui em Santa Catarina foram quase 180 mil assinaturas coletadas, e foi entregue na Câmara Federal um projeto de lei de iniciativa popular cujo objetivo é fazer com que 10% das receitas correntes brutas do Orçamento federal sejam aplicadas na saúde pública, e aí possibilite ao ministério da Saúde reajustar a tabela do SUS.

O discurso do deputado Serafim Venzon deixou muito claro: se reajustarem a tabela do SUS em dez vezes os valores atuais, todos os hospitais tornam-se superavitários e vamos conseguir melhorar a qualidade do atendimento para as pessoas, e próximo onde essas pessoas moram. Caso contrário, vai acontecer o que está acontecendo hoje: o paciente é obrigado, mesmo adoentado, a

embarcar numa Van com dez ou 15 pessoas e dirigir-se para um grande centro, seja ele Chapecó, Florianópolis ou Joinville, na busca de hospitais públicos que custam cinco ou dez vezes mais do que o custo dos hospitais filantrópicos e comunitários de Santa Catarina.

Então, quero cumprimentar o deputado Serafim Venzon por esse depoimento e dizer também da minha alegria de ter participado, na última quinta-feira, na cidade de Sombrio, da inauguração, junto à Apae daquela cidade e demais Apaes das cidades vizinhas, de uma sala que recebeu equipamentos de *pediasuit* da Federação Estadual das Apaes.

E quero aqui, através do Julio César Aguiar, que preside a Federação das Apaes, parabenizar toda a diretoria da federação e as Apaes de Santa Catarina pelo excelente trabalho. É um equipamento que permite que a pessoa com problemas neurológicos, que impedem os seus movimentos, possa se exercitar e receber um tratamento fisioterapeuta, deputado Antônio Aguiar, de alta qualidade.

Há três anos havia somente um equipamento desses em Santa Catarina, em Blumenau, e na rede privada isso custa R\$ 10 mil para um tratamento de 40 dias. Agora, graças a uma parceria firmada entre a Federação das Apaes, a Celesc e o governo do estado, mais de 22 equipamentos estão sendo disponibilizados de maneira regional em toda Santa Catarina, levando mais qualidade de vida para aquelas famílias e para as pessoas que por algum problema precisam desse atendimento.

É muito bom ver as coisas caminhando para frente, e nessa última quinta-feira, lá em Sombrio, tivemos a oportunidade, junto com outras autoridades, de participar da entrega desses equipamentos, da inauguração de uma sala e de ver *in loco* a alegria dos familiares e das pessoas que precisam utilizar aquilo.

Muitos já estão recuperando os seus movimentos com esse tratamento. É um equipamento que foi desenvolvido pela Nasa e há muita tecnologia envolvida, mas vai estar disponibilizado de maneira gratuita para todos. Cerca de dez cidades

estarão utilizando este equipamento na Apae de Sombrio. Por isso, parablenizo o Julio e todos os funcionários da Apae daquela cidade que, com o nosso apoio e do governo do estado, conquistaram recursos para inaugurar esta sala que beneficiará muitas pessoas.

Gostaria de falar também sobre um projeto de lei de nossa autoria, que está tramitando na comissão de Constituição e Justiça, que tem como objetivo criar um cadastro em Santa Catarina de todas as pessoas portadoras de Síndrome de Down.

Hoje nós sabemos, através de dados da ONU, que, de cada 600 bebês, um nasce com a Síndrome de Down, que é uma alteração, um cromossomo a mais. Mas, o que vem acontecendo é que por falta de conhecimento as pessoas estão deixando de receber tratamento das associações que existem pelo estado, das Apaes, do Sistema Único de Saúde, do sistema de educação, e isso tem prejudicado em muito a evolução e a qualidade de vida do portador dessa síndrome.

Se o nosso objetivo é proporcionar a inclusão, temos que preparar, desde a hora em que nasce essa pessoa, para que ela receba um atendimento adequado da sociedade, para que ela se torne no futuro um jovem e um adulto incluso na sociedade, exercendo plena cidadania, é isso que nós queremos. Mas hoje, sem informações, dificulta ao próprio governo criar políticas públicas voltadas para isso.

Por isso, temos um projeto aqui nesta Casa, e eu quero fazer um apelo à comissão de Constituição e Justiça para que o aprove com a maior brevidade possível, assim possamos criar um cadastro e, a partir daí, desenvolvermos políticas públicas que beneficiem as pessoas com Síndrome de Down em Santa Catarina, melhorando a qualidade de vida.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Parablenizo v.exa. pelo excelente projeto e gostaria de dizer, a respeito da tabela do SUS, que realmente é uma

vergonha esperar mais de 20 anos pelo reajuste. Portanto, estamos esperando verba do governo federal para melhorar a saúde dos catarinenses.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

V.exa., que é médico, conhece bem essa realidade e é um fato. Não precisa nem ser da área da Saúde para saber que um produto que há 20 anos está no mesmo preço dá prejuízo, e quem está pagando isso é a sociedade, através de contribuições, de bingos e uma série de ações para suprir algo que está na Constituição, no art. 196, que diz que a Saúde é um direito de todos e dever do poder público, do estado, união, e dos municípios.

Por isso, é uma cruzada a qual todos nós devemos nos somar para resolver esta situação do nosso país, que é um país maravilhoso para se viver, mas que precisa ter uma preocupação mais efetiva, deputado Padre Pedro Baldissera, com a Saúde, principalmente das pessoas mais necessitadas.

Agradeço a oportunidade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Venho aqui, aproveitando este momento de reflexão, deputada Dirce Heiderscheidt, um momento de passagem, um momento em que o Brasil parou por conta de um feriado nacional, a Sexta-Feira Santa, e também comemorou, no último domingo, a Páscoa. E venho trazer uma discussão que ocorreu na semana passada. Na verdade, começamos a avaliar, deputado Padre Pedro Baldissera, eu não sei se posso chamar assim, a nova geração, mas é interessante.

Eu entrei com um projeto de lei, deputado Antônio Aguiar, aqui nesta Casa, querendo que as

escolas públicas tenham a oportunidade de distribuir para os alunos um exemplar da Bíblia, diversos, de todas as religiões. Nós temos a Bíblia Católica, a Bíblia dos Evangélicos, o Alcorão e a Torá.

Mas foi impressionante, deputado Padre Pedro Baldissera, a repercussão que houve em relação a esse nosso projeto de lei, principalmente das redes sociais, vindo da alegação de que o estado é laico, que não se pode falar de Bíblia nas escolas, que não se pode falar de religião nas escolas, e me pareceu, nas entrevistas que eu dei e pela forma como fui questionado, que há uma proibição de se falar em Deus nas escolas.

Parece algo ultrapassado falar em Deus. Falar de liberação da maconha é atual, falar de aborto é atual, falar de descriminalização da droga é atual, falar de casamentos e relações homoafetivas é atual, mas falar de Deus, falar de Bíblia é completamente fora e alegam o estado laico.

Engraçado, a gente vive num estado laico, mas todo mundo parou na Sexta-Feira Santa, porque é um feriado religioso. Então, é a mesma situação, é um estado laico, mas nós temos aqui neste plenário da Casa de Leis o Crucifixo, e ali, naquele cantinho, por força do Regimento Interno, a Bíblia.

Impressionante, parece que falar em Deus está fora. Podemos falar de qualquer coisa, menos de Deus.

Eu recebi um telefonema de uma senhora de Criciúma, por conta de que lá repercutiu também esta questão no nosso projeto de lei. E ela me contou, deputado Sargento Amauri Soares, a própria experiência. O filho dela está na cadeia de Criciúma, no Presídio Santa Augusta. E ela disse: meu filho era um rapaz da pá virada.

Ela disse que foi visitá-lo na cadeia um dia desses e ele estava lendo a Bíblia, porque, lá no Presídio Santa Augusta, em todas as celas, tem um exemplar da Bíblia. E ele falou: mãe, se eu tivesse lido isso na escola, talvez não estivesse aqui.

Então, falar de religião nas escolas é ruim? Estou falando de crianças de seis a doze anos. Mas

querem falar da sexualidade, querem falar de gênero. O governo federal preparou o que chamaram de kit gay para falar com crianças de seis a doze anos sobre relações homoafetivas.

Querem distribuir para essas crianças, deputado Antônio Aguiar, a camisinha, o preservativo. Estão tratando de fazer a vacina de HPV nessas crianças. E aí falar de Deus não pode?!

Falar de Deus é proibido? Em que sociedade a gente vive? Qual é a modernidade desta sociedade. Uma sociedade cada vez mais plugada, cada vez mais conectada, cada vez mais falando com o mundo e não tendo mais o olho no olho. Impressionante!

Que tipo de crianças nós estamos formando para o mundo futuro? Andróides? Pessoas que vale o que eu faço e acabou?

A Igreja Católica está fazendo uma campanha para trazer mais jovens para a igreja porque os nossos jovens já estão vivendo, deputado Padre Pedro Baldissera, uma geração em que a igreja, a fé, a religião, nada mais influencia. No mundo em que eles vivem só atrapalha a vida deles.

E que tipo de crianças, no futuro, nós vamos estar criando, quando querem proibir de falar de qualquer coisa de religião, de fé, de Deus nas escolas para crianças de seis a 12 anos.

Isso me preocupa, deputada Dirce Heiderscheidt, pela reação que houve. Vejo que existem dois mundos: o mundo virtual das redes sociais e o mundo real das pessoas que andam nas ruas. E nosso projeto foi duramente criticado! E nas ruas as pessoas disseram: alguém levantou um assunto que realmente precisamos fazer.

Na Alemanha, deputada Dirce Heiderscheidt, existe ensino religioso. A pessoa que não tem nenhuma religião, que é ateu ou ateia, não precisa fazer aula de religião, mas é obrigada a fazer aula de ética. Aí eu fiz esta relação: quando falamos de religião, estamos falando de amor ao próximo. Não estou falando de denominação! Mas aí falam que não se pode falar de política nas escolas. Pode, sim. Não se pode falar de partido, não se pode falar de denominações nas escolas, mas de religião, de Deus, tem que se falar!

O que me traz aqui? É que nas ruas as pessoas dizem: alguém está falando algo que pode ser a diferença quando se fala da geração futura, a que está vindo aí. Nos Estados Unidos começou assim. Lá foi imigrado por cristãos e em todas as escolas públicas tinham um exemplar da Bíblia, havia ensino religioso, e aí veio a nova era e tiraram as Bíblias das escolas, Deus das escolas. O que ouvimos hoje nos Estados Unidos? Que na escola tal houve suicídio, tragédia, alguém matando alunos, por quê? Isso influencia!

Acho que isso vai ser uma boa discussão: que tipo de geração se está preparando? Que tipo de cidadãos as nossas escolas estão preparando? Eu, quando pequeno, e sou evangélico, estudava numa escola marista em Criciúma. Todos os dias antes de começar a aula ficávamos de pé ao lado da carteira e rezávamos a oração Santo Anjo: Santo Anjo do Senhor, meu zeloso guardador, se a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, guarde, governe, ilumine. Amém.

Sempre fiz isso, que mal me trouxe? Que mal existe falar de Deus nas escolas? Diga-me um mal? Que mal existe falar em Deus nas escolas, deputado Padre Pedro Baldissera? Podemos falar de tudo, menos de Deus?! Será que teremos que seguir a cópia do que aconteceu nos Estados Unidos que tiraram Deus das escolas e agora o que se ouve são tragédias! Não adianta, não adianta. Talvez, pela minha fé pública é que vem esse tipo de preconceito ao projeto de lei que faz uma observação sem exceção nenhuma das denominações. Hoje, parece-me, deputado Antonio Aguiar, que quando se fala de Deus, de Cristo, parece que há uma fobia.

Então, diria que estamos vivendo tempos de homofobia pelo que vi nas redes sociais, que é diferente do mundo real, deputado Padre Pedro Baldissera, podemos dizer que estamos vivendo a "cristofobia", ou seja, ninguém pode falar o nome de Cristo. Num país que se diz laico, mas que temos Páscoa, Natal, Corpus Christi, e outros feriados religiosos quando todo mundo comemora, todo mundo para, mesmos os ateus. Que tipo de

estado laico? Laico é quando não se pode dizer qual o caminho. Agora, devemos falar de todos sim.

Por isso, deputado Padre Pedro Baldissera, aproveito este momento, depois de um feriado de reflexão, de Páscoa quando o mundo comemora a passagem de Cristo para trazer a este plenário a discussão: que mal tem falar de Deus nas escolas públicas do estado de Santa Catarina?

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Conforme acordo de líderes, parte da matéria da Ordem do Dia será apreciada no período da tarde.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de dar boas-vindas ao prefeito de Canoinhas, Luiz Alberto Rincoski Faria, ao secretário do Desenvolvimento Regional, sr. Ricardo Pereira Martin, ao presidente da Fesport, o Vadinho, à coordenadora da terceira idade, sra. Ângela.

Quero dizer-lhes que nós, da Assembleia Legislativa, sentimo-nos honrados com a presença de representantes de Canoinhas.

Neste momento, gostaria de convidar todos os catarinenses para 7ª Edição de Jogos Abertos da Terceira Idade do estado de Santa Catarina. Esse evento representa um ícone para a nossa cidade. Estamos entusiasmados, com muita alegria em receber a comunidade catarinense em nossa cidade de Canoinhas, entre os dias 12 a 17 de maio vindouro.

Era isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do autor deste requerimento.

Temos sobre a mesa um ofício assinado pelo deputado Antônio Aguiar solicitando a suspensão da sessão por dez minutos para a manifestação do prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria, do município

de Canoinhas, do secretário do Desenvolvimento Regional, do sr. Ricardo Pereira Martin e da rainha da Terceira Idade de Canoinhas, sra. Verônica Ferreira.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência, em nome do proponente, agradece as manifestações feitas pelo prefeito de Canoinhas, Beto Farias; e também as presenças do secretário regional, Umberto Martins; do presidente da Fesporte, o Vadinho; e da secretaria da Assistência Social de Canoinhas. Como é boa essa manifestação dentro do Parlamento! Sempre serão bem-vindas as manifestações nesta Casa de interesse municipal, regional e estadual, como esta, do VII Jogos Abertos da Terceira Idade.

Parabéns ao deputado Antônio Aguiar e também ao município que acolherá todas as delegações dos outros municípios que participarão do evento.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à tarde, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.